

ADunicamp

Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas

Quinta-feira, 15 de setembro de 2005

www.adunicamp.org.br / Informações: (19) 3788-2470

Chapa 2

AUTONOMIA E DEMOCRACIA: CONTINUIDADE E RENOVAÇÃO



Presidente:
José Vitório Zago
IMECC



1ª Tesoureira:
María Rosa Navarro
Instituto de Economia



1º Vice-Presidente:
Mauro José Andrade Tereso
Faculdade de Engenharia Agrícola



2ª Tesoureira:
Cristina Vaz Duarte
Centro de Estudos da Linguagem



2º Vice-Presidente:
Emilio Carlos Baracat
Faculdade de Ciências Médicas



Diretor Administrativo:
Vicente Rodriguez
Faculdade de Educação



1º Secretário:
Álvaro Bianchi
Instituto de Fil. e Ciências Humanas



Diretora de Imprensa:
Martha Rosa Destro
Faculdade de Educação



2º Secretário:
Solange Gagheggi Ravanin
CEPRE, FCM



Diretora Cultural:
Neura Bragagnolo
Faculdade de Eng. de Alimentos

Esta é uma chapa que defende a continuidade política do programa e da atuação da atual gestão da ADUNICAMP, com total renovação de seus membros. Dos 10 integrantes, apenas um já participou de diretorias da entidade no passado.

AGORA É A CORRUPÇÃO

A eleição para a nova diretoria ocorre em um momento crítico para a sociedade brasileira, especialmente para a universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, socialmente referenciada e para o movimento sindical e o conjunto de trabalhadores.

O governo Lula, que despertou grandes expectativas, acabou por causar enorme perplexidade ao dar continuidade e aprofundar políticas implantadas pelos governos anteriores, como é o caso da obtenção do superávit primário a qualquer custo, e que atinge cerca de 6,5% do PIB.

O projeto das "PPP" (Parceria Público-Privada) e a "Lei de Inovações Tecnológicas" foram aprovados e trarão profundas e maléficas conseqüências para a universi-

dade pública e para a pesquisa científica e tecnológica e, por conseguinte, para um projeto de nação soberana e autônoma.

Não bastasse isso, o Brasil tem sido abalado, nos últimos três (3) meses, pelas denúncias de corrupção no Congresso Nacional, envolvendo o Presidente da Câmara, os partidos de sustentação do governo, deputados de oposição, chegando também ao Palácio do Planalto, obrigando o Presidente Lula a se livrar do de seus principais auxiliares: seu Ministro da Casa Civil, Secretário de Comunicações e até de seu "marqueteiro". Com a conivência de toda a mídia e do PSDB - PFL há uma operação em curso para salvaguardar Lula e seu principal ministro, Palocci.

AS REFORMAS CONTAMINADAS PELA CORRUPÇÃO

Em 2003, após longa e acirrada batalha, fomos derrotados na "Reforma da Previdência" por uma votação desse Congresso corrupto – através da compra de votos. O desvelamento desta situação tem levado várias entidades, entre elas o ANDES-SN e a CONLUTAS, a exigir a anulação dessa reforma. A Adunicamp participou ativamente de todas as batalhas contra essa reforma, defendendo os atuais e os futuros aposentados. Participou da greve contra a reforma convocada pelo ANDES-SN e das manifestações do Fórum das Seis. Publicou revistas e cadernos especiais sobre o assunto, e foi numa palestra na Adunicamp que o professor Francisco de Oliveira pronunciou a frase premonitória: É UMA NEGOCIATA!

A proposta da reforma universitária, como o ANDES-SN e a atual diretoria da Adunicamp vêm denunciando, desde dezembro de 2003, está sendo realizada com o governo lançando mão de instrumentos autoritários, herdados da ditadura militar – como as Medidas Provisórias – para implantar seu projeto de destruição da Universidade Pública, pela transformação da educação em mercadoria e sua privatização. O SINAES e o PROUNI – que na realidade é uma anistia fiscal para as universidades privadas, camuflada pela compra de vagas ociosas –,

são exemplos desse autoritarismo. No decorrer desse processo, o MEC não mudou sua postura, de falso diálogo e democracia, mantendo sua atuação no sentido de consolidar seu projeto, antes mesmo que seja apreciado pelo Congresso. Sua proposta mais recente, de um Decreto presidencial regulamentando a pós-graduação (mestrado e doutorado) por educação à distância é mais um exemplo.

Para preparar a entrada do Brasil na ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), o governo pretende realizar mais "reformas" como a trabalhista – que retira direitos historicamente conquistados –, e a sindical, necessária para a aplicação da anterior, e que concentrará o poder de negociação nas centrais sindicais, tirando a autonomia das assembleias dos sindicatos locais. Para os funcionários públicos, o governo anuncia para breve a regulamentação do direito de greve, por meio de lei que, – na realidade, o proíbe e, interfere na organização dos trabalhadores, proibindo o voto dos aposentados nas assembleias que decidirem sobre greves. Uma regulamentação que apenas antecipa o que virá para todos os trabalhadores na reforma Sindical.

DEFENDER O ANDES-SN E CONSTRUIR A CONLUTAS

A CUT, a central à qual o ANDES-SN e a ADUNICAMP estavam filiados até março de 2005, integrou-se definitivamente ao aparato de Estado, através da nomeação de seu presidente Luis Marinho como ministro do Trabalho (a ironia é que este mesmo Marinho foi ungido presidente da CUT, no seu último Congresso em 2003, pelo próprio Lula)

Frente à falência da CUT, como instrumento de luta dos trabalhadores, vários sindicatos, entre eles o ANDES-SN, se desfilaram da CUT e estão organizando a CONLUTAS (coordenação nacional de lutas), que tem se posicionado contra a corrupção do governo e do congresso, contra as reformas, já citadas, do governo Lula e está organizando a resistência dos trabalhadores.

O ANDES-SN, foi um dos poucos sindicatos que se manteve autônomo na campanha eleitoral de 2002, defendendo suas bandeiras históricas aprova-

das em seus congressos e apontando, nos programas dos candidatos, as contradições com as suas propostas, e que continua mantendo essa independência. Desde as primeiras medidas do governo Lula que prejudicaram os trabalhadores, os serviços públicos e a universidade pública, não se furtou ao dever de denunciar esses ataques a direitos e instituições, conquistas da sociedade brasileira. Incomodado com essa postura autônoma, o governo gestou, nos gabinetes do MEC, um simulacro de entidade "representativa" de docentes das universidades federais, chamado Proifes, cujo papel principal é o de colaborar com o governo, pela divisão entre os professores universitários, para enfraquecer o ANDES-SN. Frente a esses fatos, mais do que nunca, é necessário defender o ANDES-SN e transformar a ADUNICAMP, de entidade filiada, em seção sindical, através de mudança estatutária.

ADUNICAMP COMBATIVA E DEMOCRÁTICA

Propomo-nos, como representantes dos associados da Adunicamp, a defender seus interesses, a qualidade de suas condições de vida e de trabalho, seus salários, sem nos esquecermos que defender os interesses corporativos é uma das funções primordiais das entidades sindicais. Além disso, pertencemos à corporação de professores universitários e devemos nos orgulhar dessa inserção, pois tem sido através dela que temos resistido aos ataques sistemáticos contra as instituições de ensino e pesquisa. Lutar por salários e condições de trabalho, de seus professores e funcionários e pela assistência estudantil é lutar pela qualidade da universidade. No mesmo sentido, lutar pela paridade de salários entre ativos e aposentados é lutar pela qualidade da universidade e nos propomos a manter acesa esta chama, além de fortalecer os vínculos dos docentes aposentados com a sua entidade. O Espaço Adunicamp, com restaurante, sala de leituras e de jogos, já é uma realidade e deve ser tornar um espaço de lazer e de encontros para os docentes e seus convidados, aproximando os associados de sua entidade representativa.

Na sua "reforma universitária", o governo federal afirma ser necessário regulamentar a autonomia universitária, o que configura um ataque a esta autonomia, pois restringe um preceito constitucional. Além disso, o que é proposto é um arremedo de autonomia, porque não há contrapartida de recursos financeiros. Não existe autonomia sem a garantia de recursos. As universidades ficarão, assim, se aprovado o projeto do governo federal, obrigadas a buscá-los na iniciativa privada, subordinando a pesquisa e o ensino aos interesses particulares do mercado e não ao interesse público. Em São Paulo, a conquista da autonomia, que vem desde a nossa greve de 88, está sendo ameaçada pelo veto do governador Alckmin aos artigos da LDO estadual que a garantem.

O segredo do sucesso, até agora, das universidades estaduais paulistas em garantir os recursos para seu funcionamento, expansão e para a manutenção de nossos salários, tem sido a unidade dos professores, funcionários e mais recentemente, dos estudantes, das três universidades e do Centro Paula Souza. Por isso, nossa proposta é estreitar ainda mais nossos laços com o Fórum das Seis.

PONTOS PROGRAMÁTICOS

A chapa AUTONOMIA E DEMOCRACIA: CONTINUIDADE E RENOVAÇÃO propõe-se a :

- ⇒ defender a Universidade Pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada;
- ⇒ lutar para que o preenchimento de cargos docentes na Unicamp seja feito através de concurso público, de modo a excluir situações de relação de trabalho precárias ou excepcionais;
- ⇒ combater a precarização das relações de trabalho dos docentes e funcionários das Universidades Públicas;
- ⇒ fortalecer os vínculos dos docentes aposentados com a Adunicamp;
- ⇒ defender o ensino público, gratuito e universal em todos os níveis, como dever do Estado e direito de todos e lutar por sua ampliação;
- ⇒ reativar o Conselho de Representantes da Adunicamp, respeitando e executando suas deliberações;
- ⇒ fortalecer a unidade entre as entidades do Fórum das Seis (em todos os seus campos de luta pela universidade pública, gratuita e socialmente referenciada e ampliação responsável de vagas);
- ⇒ transformar a ADUNICAMP em seção sindical do ANDES –SN após debates e reforma de seus estatutos;
- ⇒ propiciar a participação dos docentes na discussão de questões pertinentes à vida universitária, através de Ciclos de Debates e grupos de Trabalho;
- ⇒ estreitar as relações com as entidades de técnico-administrativos e de estudantes da Unicamp, no sentido de reforçar as lutas comuns;
- ⇒ combater as políticas neoliberais de ajuste financeiro e reforma do estado, bem como as políticas educacionais e de ciências e tecnologias propostas pelo Banco mundial e FMI;
- ⇒ integrar-se efetivamente na construção da CONLUTAS, participando de suas atividades e do seu I Congresso a realizar-se no 2º. trimestre de 2006.

CALENDÁRIO PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA

Eleições em 21 e 22 de setembro (quarta-feira e quinta-feira). Urnas nas Unidades.

Apuração: 23 de setembro (sexta-feira), às 9 horas.

Posse: 3 de outubro (segunda-feira).